

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DENTRO E FORA DE SALA
DE AULA NA CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO DA EJA.**

Aluno: Cleide Luci da Costa Belisario

E-mail: cleluci@gmail.com

Orientador: Maria Beatriz Lugão Rios

Co-orientador: Ana Valéria Dias

Resumo

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre Serviço Social em diálogo com a educação, enfatizando a participação deste profissional na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A diversidade desse universo no referente a garantia de direitos, cidadania e inclusão social são apresentados através de relatos de experiências enquanto Assistente Social atuante tanto na política de educação quanto na de assistência, observando o desenvolvimento da clientela encaminhada e da necessidade da atuação mais próxima do assistente social no ambiente escolar. Descrevo no artigo, um pouco da minha experiência como educadora de participação cidadã no programa PROJOVEM Urbano durante o período de 2009 até 2014 no município de Itaboraí e também como Assistente Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do mesmo município atuando com famílias através do programa de fortalecimento de vínculos do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS no período entre 2009 até 2014.

Palavras-chave: Educação, Diversidade, Inclusão, Serviço Social

INTRODUÇÃO

As reflexões presentes neste artigo surgiram a partir da minha trajetória e prática como Assistente Social inserida no cotidiano escolar, tanto através de programas especiais para a educação de jovens e adultos, quanto através da prática profissional através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), nos municípios de Itaboraí e Tanguá no Estado do Rio de Janeiro no período de 2008 até 2014.

Como trabalhadora da assistência através dos municípios citados acima, atuei para garantir direitos através de busca ativa de jovens de famílias em situação de pobreza e inseridas no programa Bolsa Família do Governo Federal. As famílias são cadastradas no programa através do Cadastro Único da Assistência (CAD- Único). Através do cadastro, é feito um levantamento social das famílias onde são identificadas as necessidades básicas tanto do responsável familiar quanto dos seus dependentes e todos aqueles que compõem o núcleo familiar.

Identificadas as necessidades as famílias são direcionadas para os programas e benefícios afins incluindo as necessidades educacionais que sempre foram bastantes significativas. Jovens em situação de cumprimento de medidas socioeducativas também eram encaminhados através dos Centros Especializados da Assistência Social (CREAS) e também jovens em situação de abrigamento temporário em instituições filantrópicas dos municípios.

Em um outro momento de atuação profissional foi na área da educação através do programa Projovem Urbano, programa que, de acordo com o Ministério da Educação, tem por objetivo:

Elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 19 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando a conclusão do desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (MEC, 2011).

Importante ressaltar que, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Projovem também inclui outras duas modalidades de atendimento para essa faixa etária que é o Projovem Adolescente que contempla jovens de idade entre 15 e 17 anos de famílias beneficiárias e oriundas do Programa Bolsa Família, o Projovem Trabalhador desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que destina-se a jovens desempregados entre 18 e 29 anos, e que

sejam membros de famílias com renda per capita de até um salário-mínimo, visando prepará-los para ocupações alternativas geradoras de renda. O Projovem Adolescente é desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

Como Assistente Social, era responsável por lecionar a disciplina de Participação Cidadã, um dos eixos do programa com a formação básica e a qualificação profissional. Sobre a disciplina, de acordo com o programa, tinha o seguinte objetivo:

A participação cidadã é compreendida como ação socioeducativa que abrange múltiplas aprendizagens nos âmbitos da convivência entre os jovens, da sociabilidade e da participação cidadã na vida pública. No currículo do Projovem Urbano, a Participação Cidadã visa a contribuir para o reconhecimento pelos jovens de seus direitos e deveres cidadãos para o desenvolvimento de potencialidades que resultem no exercício de uma cidadania ativa, criadora de novos direitos, de novos espaços participativos e comprometida com a democracia (BRASIL, 2008, p. 153).

As escolas em que atuei no município foram: Escola Municipal Guilherme Miranda Saraiva no bairro Ampliação, Isaura Zanoti Peccini situada no Bairro Amara, Escola Municipal Pedro Antônio de Gouveia no bairro de Itambi e Antônio Joaquim da Silva no bairro de Manilha. Outras escolas que receberam o programa ficavam em outros bairros do município como Visconde, Reta Nova e Nancilândia.

Com os alunos, era responsável por elaborar o Plano de Ação Comunitária (PLA). Tal atividade, consistia em ao longo do programa, mapear realidade local conhecendo suas demandas e necessidade e em seguida, elaborar junto com os alunos e os demais professores, um projeto de ação intervenciva em alguma comunidade próxima da escola sugerida pelos mesmos. Durante os encontros ou aulas, com duração de um tempo de 50 minutos, eram trabalhados temas como diversidade, inclusão e exclusão, políticas públicas, violência urbana e demais referentes a juventude e comportamento. Os encontros eram construídos de forma interdisciplinar com os demais educadores nos encontros de formação continuada que eram ministrados semanalmente pela Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR).

Praticamente todos os jovens participantes do programa faziam parte da clientela usuária da assistência. Muitos deles, eu mesma enquanto técnica do CRAS encaminhei para a inclusão no programa. Alguns dos que foram encaminhados, viram a possibilidade de um retorno a sala de aula e principalmente em escola próxima de sua comunidade. Desse modo, pude perceber a necessidade da parceria entre os dois setores, educação e assistência no processo de inclusão e garantia de direitos.

1 GARANTIA DE DIREITOS, EDUCAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

De acordo com o documento Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS,2012), as demandas apresentadas aos/as assistentes sociais em relação à educação nunca estiveram limitadas a uma inserção restrita aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo acionadas também a partir de instituições do poder judiciário, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho juvenil e adulta, pelos movimentos sociais, entre outras, envolvendo tanto o campo da educação formal como as práticas no campo da educação popular.

O documento ainda ressalta que:

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas décadas, responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população em diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil (p.38).

Almeida (2005), alerta ainda que:

A educação sempre foi um campo da vida social tensionado pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais, principalmente em função de se constituir um espaço de luta privilegiado, no processo de conquista da hegemonia política e cultural na sociedade. (p82)

Várias são as demandas trazidas ao Serviço Social pois, de acordo com seu fundamento histórico, a profissão é inserida na divisão sociotécnica do trabalho como ressalta Iamamoto (2000)

O assistente social atuando na esfera das políticas sociais, das organizações e movimentos sociais, pode interferir, no âmbito de sua área de competência, para ampliar a ingerência de segmentos da sociedade civil em questões que lhes são concernentes, compartilhando propostas e decisões, contribuindo para romper as “caixas pretas” que guardam em segredo informações que necessitam ser difundidas junto à coletividade (p. 74).

Em relação a garantia de direitos, ainda segundo Iamamoto (2006)

O Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras. Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre as questões que dizem respeito a sobrevivência social dessa população (p. 62).

Concordando com a autora, ao longo da minha prática profissional, observei que a dinâmica de atuação e intervenção na realidade dos sujeitos que necessitavam dos serviços eram constantes. Algumas ações de resolução imediata e outras, claro, na dependência de articulações e parcerias necessárias para a consolidação e garantia de acesso dos usuários aos serviços e benefícios de direito. Desse modo, podemos compreender também, que a parceria entre educação e assistência se faz cada vez mais necessária, principalmente no que se refere a Educação de Jovens e Adultos.

Não se trata de invasão de espaços e sim trabalho em conjunto, pois se o professor é o elemento fundamental responsável por ajudar o aluno não só no processo de aprendizagem, mas também a se reconhecer e se perceber como alguém com capacidades intelectuais e que se estimulado pode transformar a sua realidade, o Assistente Social na sua dinâmica, contribui de forma interventiva em espaços não alcançados pelo educador. Sendo assim, o trabalho desse profissional soma-se ao trabalho do educador dialogando na perspectiva da garantia do direito à educação.

1.2 QUANTO A DIVERSIDADE

Como profissional que se propõe a trabalhar incessantemente na garantia de direitos, a questão da diversidade sempre esteve presente nos debates, atuações e intervenções do meu cotidiano tanto na assistência quanto em sala de aula. Com uma clientela diversa, não raro foram os encaminhamentos de jovens em situação de risco social inseridos em programas socioeducativos.

Em Itaboraí no ano de 2010, através de encaminhamentos e busca ativa do serviço social, recebemos algumas jovens que estavam em situação temporária de abrigamento em uma instituição de acolhida chamada Abrigo Rainha Silvia. Esta instituição situada no município tem por objetivo atender mulheres grávidas em situação de risco, mãe sem moradia com filhos pequenos e mulheres vítimas de violência e abuso. A instituição fundada em 1989 conta como presidente, a Rainha Silvia da Suécia. Nesse contexto, uma das jovens, além de encaminhada para a EJA através do Serviço Social da instituição, também conseguiu a oportunidade de trabalhar como contratada em um programa da assistência como auxiliar de serviços gerais; logo que concluiu o ensino fundamental através do Projovem Urbano, se matriculou em uma turma regular de EJA no CIEP 130 onde conseguiu terminar o ensino médio e por consequência, conseguiu conquistar uma vaga de atendente de caixa nas Lojas Americanas em Niterói. Para a vaga, era necessário a comprovação de conclusão do ensino médio. Como educadora e assistente social, encarei essa ascensão da jovem como não só como uma conquista dela, mas também como a de um trabalho conjunto entre as duas esferas, educação e assistência.

Outras clientelas recebidas pela assistência e encaminhadas aos programas da EJA, eram de jovens trabalhadores ambulantes, babás, acompanhantes e empregadas domésticas. Muitos vendedores de bala, água e outros artigos nos sinais de trânsito eram também alvos da nossa busca ativa. Aproveitando a realidade dessa clientela, partimos do trabalho exercido por cada um para a discussão da educação como direito, fator de desenvolvimento humano e qualificação profissional. Direitos trabalhistas também eram temas sempre presentes nas aulas que contava com a parceria do educador de Qualificação Profissional que orientava os jovens sobre elaboração de currículo, comportamento e entrevista de emprego. Desse modo, para ampliar ainda mais o acesso dos jovens e sua inclusão no mundo do trabalho, contávamos com a parceria

da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda do Município no referente a tirada de carteira de trabalho, divulgação de vagas e inclusão em cursos de formação profissional ofertados pela referida secretaria. Desse modo, muitos dos jovens aproveitaram a oportunidade e conseguiram mudar o seu status profissional.

Como técnica do CRAS, encaminhei juntamente com a equipe, alguns jovens até o programa. Sobre esta situação específica, como Assistente Social em alguns casos, cheguei a fazer algumas visitas domiciliares a fim de compreender a desmotivação de alguns jovens de famílias cadastradas e pensar em outros meios para inseri-lo e facilitar o retorno a sala de aula. Alguns jovens homossexuais e profissionais do sexo que, por vários motivos, estavam fora da escola. Como justificativa todos alegavam que largaram a escola por conta do preconceito que sofriam tanto de alunos quanto de educadores e não se sentiam pertencentes aquele espaço educacional. Alguns poucos jovens com deficiência eram incentivados e inseridos no programa, mas poucos permaneceram, pois alegavam dificuldades de acesso e desmotivação por parte de familiares.

Trabalhar com uma clientela tão diversa e compreender suas demandas não é uma tarefa fácil, mas também não é impossível. De acordo com Julião (2015):

Na busca pela compreensão dos atuais sujeitos da EJA, passamos a identificar que estamos falando de um campo muito diverso, com muitas particularidades, especificidades e armadilhas (P. 161).

Sobre essa compreensão, muitas das nossas alunas eram jovens mães e por esse motivo, o quantitativo de faltas e a evasão escolar eram fatos que preocupavam os educadores e a coordenação. Desse modo, como o programa dispunha de verba para contratar profissional de apoio, surgiu a possibilidade de criar uma sala de acolhida para as crianças. O objetivo era fazer com que as mães que não tivessem com quem deixar suas crianças durante o horário da escola pudessem levá-las e deixar no espaço destinado as mesmas. Ali, o profissional com formação pedagógica, organizava com as crianças atividades recreativas e educativas. O espaço chegava a contar em média com um quantitativo de oito até quinze crianças em idade de 03 até 10 anos. As crianças também recebiam um lanche e podiam jantar com as mães no horário do intervalo e através desta iniciativa, conseguimos reduzir bastante durante uma das edições do programa o índice de faltas das alunas. Quanto aos meninos que também em sua maioria eram pais, também se sentiam a vontade de levar seus filhos pequenos pois alguns eram casados ou moravam juntos com as colegas de turma.

2 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO NA VISÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Ao analisarmos a história da educação no Brasil, verificamos que ela é também marcada pelos interesses da classe hegemônica, inerente a lógica capitalista. Desta forma, o profissional do Serviço Social pode contribuir na construção de uma chamada contra-hegemonia no que consiste em superar essa cultura de conformação e adaptação mantida pelo poder instituinte onde este profissional defende uma educação voltada para emancipação e para um avanço na transformação dessa sociedade. De acordo com Bressan (2001):

Conforme o exposto, reiteramos a importância de pautar essa construção a partir dos princípios do nosso Projeto Ético Político Profissional, pois a inserção e a permanência na escola de um grande contingente da população brasileira que ainda flutua entre uma precária inclusão e exclusão, constitui-se em um compromisso assumido também pelos profissionais de Serviço Social. Temos a certeza de que precisamos fazer alianças com os setores organizados da Educação, buscando parceiros para o nosso projeto de profissão e de sociedade em discussão (P. 08).

Sendo assim, a inserção do Assistente Social no espaço escolar deve se fazer de forma articulada, objetivando a interdisciplinaridade. Nesse sentido, Marques & Ramalho (2006), destacam que:

É preciso compreender que a ideia de trabalho conjunto, racionalizando, socializando, é um exercício de uma nova sociedade que quebra os modelos apreendidos na vida social, que tenta banir a ideia de autoridade e poder que tanto nos marca na família, nas escolas, clubes, instituições, emprego e partidos políticos.

Sobre essa interdisciplinaridade, a minha formação enquanto Assistente Social contribuiu para conhecer o usuário em sua totalidade e perceber que as duas políticas, educação e assistência possuem um papel fundamental para a efetivação de direitos dessa clientela. A análise crítica da realidade dos sujeitos envolvidos permite que o profissional construa em uma

parceira intersetorial, estratégias de intervenção social que são amparadas pela Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.622/1993. Nos 11 incisos do Artigo 4º inciso I, a lei estabelece como competências do Assistente Social elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

No inciso III ressalta também que encaminhar providencias e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população também são competências do profissional e, lembrando que tais competências foram postas em prática no decorrer da minha prática tanto nas atividades enquanto técnica do CRAS quanto como educadora do Projovem Urbano.

Ainda sobre o artigo 4, o inciso V aponta que orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos também são ações pertinentes a profissão e por fim, no inciso XI realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas outras entidades.

Desse modo, percebemos que o Serviço Social na luta pela garantia de direitos, se coloca como um instrumento importante e estratégico na articulação com as demais políticas e está presente nas mais variadas expressões da questão social. Nesse contexto, várias demandas podem ser trabalhadas através dessa articulação, tais como evasão escolar, vulnerabilidade, e demais identificadas pelo educador e que contribuem para o afastamento do aluno do ambiente escolar. Conforme cita o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2001):

Acreditamos que a implantação do Serviço Social Escolar, é uma das medidas que poderá criar condições para o efetivo exercício da cidadania, o que contribuirá para a inclusão social das crianças e adolescentes que frequentam a escola pública (p. 23).

Sobre o a implantação do Serviço Social Escolar, ainda se tem a ideia do trabalho em rede no qual a escola busca através de articulações, parceiras intersetoriais quando detecta alguma necessidade, ou seja, sem a presença deste profissional no ambiente escolar. Ainda sobre necessidade dessa inclusão, o documento CFESS, ressalta também que:

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais,

culturais e que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, e de risco e etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando consequentemente uma ação mais efetiva(P. 12).

Pensando no aluno da EJA que traz para a escola demandas referentes a questões de trabalho, qualificação, e outros, é possível observar que a preocupação com a inclusão do profissional não explicita a intervenção também com os alunos da educação de jovens e adultos que trazem consigo demandas de vida, necessidades que precisam ser olhadas e tratadas de forma interdisciplinar. È sabido que nem todas as escolas ofertam essa modalidade de educação. No município de Itaboraí no qual atuei pelo Projovem Urbano, poucas eram as escolas com EJA e, talvez por esse motivo, a modalidade não esteja inserida no campo da prioridade de intervenção profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre as questões apresentadas através de experiências vividas atuando nas políticas de educação e assistência, é visível a necessidade interdisciplinaridade para a clientela tendo em vista de que a questão social está presente na educação de uma forma geral, não contemplando somente crianças e adolescentes. O assistente social quando presente em alguma escola, tem por atividade integrar a equipe de trabalho coletivo da mesma que muita vezes é composta por profissionais de formações distintas tais como, psicólogos, enfermeiros, fonoaudiólogos, nutricionistas e etc. Geralmente estes profissionais não estão disponíveis para atender a necessidade do aluno de horário noturno.

A educação de jovens e adultos hoje no Brasil é uma realidade e traz consigo uma clientela diversificada e carente de aprendizagem tanto formal quanto para a cidadania. Tal clientela de jovens e adultos, levam para a realidade de sala de aula vivências relacionadas ao seu cotidiano, tais como violência, preconceito, discriminação, desemprego, violação de direitos, conflitos familiares e tantos outros que o profissional tradicional da educação que é o professor não tem como dar conta tendo em vista que o seu papel principal é ensinar. Daí a necessidade da interdisciplinaridade dentro do espaço escolar.

Desse modo, de acordo com o Relatório Educação Para Todos no Brasil (2000-2015 p. 31), O objetivo de “assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania” é desafio amplo e complexo. O documento ressalta também, Brasil vem enfrentando-o com políticas que envolvem ação integrada de instituições governamentais e não governamentais, no esforço de desenvolver habilidades de jovens e adultos para um mundo globalizado e em transformação marcado por novos requerimentos de conhecimentos básicos necessários à inserção na vida social e produtiva. Sendo assim, analisando por esse lado, mais do que nunca a necessidade uma ação intersetorial para contribuir para a formação desses jovens e adultos e nesse espaço, o serviço social com toda a sua bagagem e luta pela inclusão e garantia de direitos se torna mais do que nunca ferramenta indispensável no programa.

Várias foram as iniciativas promovidas pelo Governo Federal a fim de favorecer o retorno desse público a sala de aula assim como, assegurar sua permanência evitando desse

modo a evasão escolar que é muito comum no cotidiano da EJA. Iniciativas como a implantação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM Urbano), programa no qual atuei no município de Itaboraí no período de 2009 até 2015, foram fundamentais nesse processo e contou com um diferencial dos demais programas que foi a inclusão de outros profissionais no processo educacional dos jovens.

Nesse contexto, atuavam junto com os professores de formação básica, o Assistente Social, Sociólogo ou Pedagogo nas disciplinas de Participação Cidadã, o instrutor de Qualificação Profissional que poderia ter formação de acordo com os arcos ocupacionais disponíveis para o município e no caso de Itaboraí, tivemos o arco de Turismo e Hospitalidade sendo ministrado por uma profissional específica da área e o arco de Telemática ministrado por um profissional com formação superior na área de informática e tecnologia da informação.

Sendo assim, desse modo mais uma vez percebe-se a necessidade da interdisciplinaridade e o diálogo entre os diferentes saberes para atender a demanda e os anseios dessa modalidade de ensino, pois não envolve somente a aprendizagem tradicional, envolve também qualificação profissional, pois a nossa clientela é parte integrante da classe trabalhadora e, sob essa ótica, Almeida (2000), ressalta que,

“a escola, além de guardar uma relação direta com a esfera da cultura, também cumpre certas funções econômicas no processo de qualificação e desqualificação da classe trabalhadora, ainda que estas funções não sejam imediatas”.

Trabalhar com a EJA exige um olhar diferenciado para várias questões principalmente no que se refere a questão do trabalho. Os sujeitos da EJA são constituídos principalmente trabalhadores que em sua grande maioria não possuem nenhum tipo de qualificação profissional, são trabalhadores informais, domésticos, ambulantes, profissionais da noite, homens, mulheres e idosos que viram no retorno a escola, a possibilidade e a chance de mudar a sua realidade. Olhar para estes sujeitos é olhar para a esperança, para a transformação, para a mudança de vida, para a inclusão, e para a socialização. Desse modo, o da inclusão do serviço social na educação não deve ser voltado apenas para a educação infantil e regular, essa interdisciplinaridade pode e deve ser estendida a EJA como forma de contribuição no atendimento das demandas e necessidades tão diversas dessa clientela. Essa articulação entre as duas políticas pode contribuir para a cidadania plena dos sujeitos envolvidos que muitas vezes são negligenciados em outras esferas.

Desse modo, como ressalta Benevides (1998)

“ ou continuamos a reproduzir a dita cidadania passiva, aquela que é pelo Estado, com a ideia moral de tutela e favor, ou vislumbramos a tomada de posição em favor de uma cidadania ativa aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir espaços de participação e participar a emergência de novos sujeitos políticos”.(p.150)

Sendo assim, é nesse contexto que se faz necessário refletir sobre a ampliação do espaço ocupacional do Assistente Social e, diante do exposto percebe-se a necessidade de alargar a discussão desse tema que poderá ser desenvolvido a partir de futuras pesquisas, tendo em vista amplas são as possibilidades e perspectivas de intervenção do Serviço Social no sentido da consolidação e da garantia de direitos além da preocupação com uma escola pública de qualidade que também faz parte da luta pela cidadania dando visibilidade a uma clientela tão importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Educação Pública e Serviço Social.** Revista Serviço Social e Sociedade n. 63. São Paulo: Cortez, jul. 2000.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Democracia de iguais, mas diferentes.** In: BORBA, Ângela Faria & GODINHO, T. (Orgs.). Mulher e política Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano.** Brasilia, 2008.

BRESSAN, C.R. **Políticas de atendimento na área da criança e do adolescente e a significação de sujeito subjacente:** uma análise necessária. In. 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), 2001, Rio de Janeiro.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). *Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação.* Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. CFESS, 2011.

GOUVÊA, Maria da Conceição da. **O Serviço Social e política pública de educação.**

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. “**A Diversidade dos Sujeitos na Educação de Jovens e Adultos**”, : In Medeiros, C. (Org.). **Educação de Jovens, Adultos e Idosos na Diversidade: saberes, sujeitos e práticas.** 1ª edição - Niterói, RJ, UFF/Cead -

IAMAMOTO, Marilda Villela: **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional,** 7º ed. Cortez, 2004.

MARQUES & RAMALHO. In. - Sá, Jeanete Liasch Martins de. - *Inn: Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos a prática interdisciplinar no ensino,*

pesquisa e extensão.

Portal do MEC. **Projovem Urbano.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/194-secretarias-112877938/secad-educação-continuada-223369541/17462-projovem-urbano-novo>. Acesso em: 20/06/2016.

Portal do MEC. **Relatório Educação Para Todos no Brasil 2000-2015.** Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014. Acesso em 20/06/2016.